

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 137

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE OUTUBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Chico Noroeste, Edno Guimarães, Fernando Ribas Carli, Luiz Accorsi, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Péricles Mello e Waldyr Pugliesi (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente.

Através do presente, respeitosamente dirijo-me a Vossa Excelência com o objetivo de solicitar Regime de Urgência, aos projetos de lei, de autoria deste Deputado, que são os seguintes: Projeto de Lei nº 226/99; nº 227/99 e nº 228/99.

Na oportunidade, aproveito para renovar expressões de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 465/99, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 483/99 de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo determinar a impressão nas capas e contracapas de cadernos escolares os Hinos: Nacional, da Bandeira, do Paraná e da Independência.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar, ao Pr. Edmundo Schilling de Souza, pelo falecimento de sua esposa, Senhora Gertrudes Zeimer de Souza, ocorrido no dia 12.10.99.

Requer ainda que, após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Marte, 1724, Conjunto Parigot de Souza, Sítio Cercado, CEP 81910-340, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar à Senhora Stella

Maris Cavagnolli Ribas, pelo falecimento de seu filho Gustavo Cavagnolli Ribas, ocorrido no dia 11.10.99.

Requer ainda que, após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua General Carneiro, 81, CEP 83350-000, Morretes-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Professor Romeu Gomes de Miranda, alusivos a sua reeleição na Presidência na Associação dos Professores do Estado do Paraná, ocorrida no último dia 30 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475, CEP 80020-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje voto de congratulações a Associação dos Engenheiros Agrônomo do Paraná, alusivos ao Dia do Engenheiro Agrônomo, comemorado no último dia 12 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Carlos Augusto Parchen, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Nilo Brandão, 551, São Lourenço, CEP 82210-050, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Argemiro Rodrigues da Silva, alusivos aos relevantes serviços prestados frente a Presidência da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Engenheiro Rebouças, 2329, CEP 80230-040, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Professor Adelson Marcelino Pereira e ao Colégio Estadual Santo Agostinho (Rua Cascavel, 1610, Boqueirão, Curitiba), pela Campanha “Disciplina Cidadão 2000”, desenvolvida naquele estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Santo Agostinho, localizado no bairro Boqueirão desta Capital, realizou o Projeto “Disciplina Cidadão 2000”, que teve um saldo de arrecadação de mais de 800 toneladas em alimentos, cestas básicas, 10 mil peças em roupas e cerca de 800 pares de sapatos, além de uma grande quantidade de brinquedos.

O principal articulador da campanha, foi o Professor Adelson Marcelino Pereira e o objetivo foi de resgatar os valores humanitários e despertar na sociedade a importância para o social.

Os donativos arrecadados serão entregues entre os dias 15 e 16 de outubro às instituições que prestam ajuda a portadores de deficiência e pessoas carentes. No último dia de entrega dos donativos, coincidindo com o “Dia da Ação Social” será servido também almoço a 700 moradores do bairro Boqueirão.

A campanha teve início em agosto, pela iniciativa do Professor Adelson que convenceu-se de que: “o mundo precisa de gente, de mente e de coração, de olhar cativante e edificador”. Este conceito acabou servindo de lema ao projeto e a outras ações sociais desenvolvidas em paralelos com os estudantes.

Pela brilhante iniciativa, revestida de elevado espírito social e humanitário, receba o Colégio Santo Agostinho e toda a sua equipe e também o Professor Adelson Marcelino Pereira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Gazeta do Povo e a TV Paranaense Canal 12, na pessoa de seu Diretor Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pela cobertura eminentemente paranista que vem conduzindo as reivindicações do Paraná, quanto a Proposta Orçamentária da União, para o Exercício de 2.000, onde o nosso Estado foi marginalizado na distribuição de verbas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Há tempo para mudanças na Proposta Orçamentária da União para o Exercício de 2.000, para isso, temos certeza que os nossos Senadores e Deputados da bancada Federal, somarão esforços juntamente com os segmentos da sociedade paranaense e especialmente com a Gazeta do Povo e TV Paranaense Canal 12, que abriram espaço na condução dos trabalhos eminentemente paranasistas, unindo esforços, concentrando energias como instrumento de apoio na apresentação e tramitação de Emendas que serão apresentadas pela representação paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à TV Paranaense Canal 12, pela passagem do 39º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente, para que receba e transmita a todos os seus auxiliares e colaboradores e reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A telecomunicação brasileira insere-se entre as primeiras do mundo, gozando de elevado conceito internacional. Neste contexto a telecomunicação paranaense desfruta também de privilegiada posição, destacando-se com invulgar evidência a TV Paranaense Canal 12, somatória de diversos fatores essenciais que a colocam na vanguarda não somente como empresa de comunicação mas no sentido mais amplo do conceito de empresa prestadora de serviço.

A TV Paranaense Canal 12 representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo e de investimento, contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico. Alta tecnologia aliada à capacidade criativa dos recursos sob a eficientíssima aptidão gerencial resumem os fatores de sucesso da Emissora, líder da Rede Paranaense de televisão, cobrindo o território do Paraná, levando a todos os paranaenses a informação, o entretenimento, a cultura, ao mesmo tempo irradiando para os demais Estados da Federação a imagem real do nosso Estado.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos nós paranaenses a comemoração do 39º aniversário da TV Paranaense Canal 12. A este acontecimento o Poder Legislativo se associa como representante do nosso povo.

REQUERIMENTO Nº 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Futebol Clube, pela passagem do seu 90º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. João Jacob Mehl, Presidente do Coritiba Futebol Clube, para que receba e transmita a todos os seus companheiros de diretoria e associados e reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Futebol Clube, em sua trajetória tem sido motivo de orgulho para nós paranaenses.

Portanto, o próximo dia 12 marca o 90º aniversário de fundação desse importante e tradicional clube.

Pelos feitos de suas Diretorias e seus associados, o Clube vem mantendo posição de destaque, atuante e participativa na vida paranaense.

Graças ao espírito administrativo de seus Diretores de todos os tempos e o apoio incondicional de sua grande torcida (a maior do Paraná), o Bairro da Glória onde se localiza o Estádio e sua Sede Social, tornou-se a principal Praça de Esportes de Curitiba e palco dos grandes acontecimentos do futebol.

Pela dedicação dos ilustres “coxas” que passaram pelos cargos diretivos, deve-se a grandeza do Coritiba Futebol Clube, de Antonio Couto Pereira a João Mehl, assim como a desprendidos e dedicados atletas que deram tudo para maior glória do Clube principalmente nas épocas em que o jogador não era de todo profissionalizado. Toda essa grandeza deve-se também aos jogadores das fases mais recentes que vivendo o vento do profissionalismo se empenham em que abateram o Grêmio de Porto Alegre por 4x0.

Nesta significativa data de 12 de outubro dia, também dedicado à Nossa Senhora da Aparecida, o Coritiba Futebol Clube, é merecedor desta Homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, DD. Secretário da Segurança Pública, e ao Ilmo. Sr. Newton Tadeu Rocha, Delegado-Geral do Departamento da Polícia Civil, solicitando a substituição de três viaturas da 15ª Subdivisão Policial Civil de Cascavel.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo oferecer melhores condições de trabalho àquela Subdivisão Policial, haja vista que três das atuais viaturas que servem aquele órgão, devido ao seu tempo de uso, encontram-se com alta quilometragem e em precárias condições, por conseqüência prejudicando substancialmente as atividades da unidade, refletindo na qualidade e eficácia dos serviços prestados na área de segurança pública, nos municípios de sua atuação.

#### REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à mesa que seja encaminhado expediente a Exma. Sra. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando que, dentro das dotações orçamentárias daquele órgão, libere recursos financeiros para a construção de creches no Jardim Independência, Jardim Esperança, Jardim Universal e Jardim Floresta, no Município de Sarandi.

Cabe ressaltar que, os recursos financeiros para a execução dessas obras foram assegurados através de emenda ao orçamento do estado para o corrente ano, aprovada pela Assembléia Legislativa e acatada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente.

REQUER à mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao Sr. Cássio Taniguchi, Prefeito de Curitiba, no sentido de que aquela autoridade determine ações imediatas para resolver os problemas dos moradores do Bairro da Cachimba nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

Moradores daquele Bairro encaminharam correspondência, na qual relatam problemas de toda a ordem (rede de água e esgoto, pavimentação, transporte coletivo). Pelo relato há necessidade de ação vigorosa para minimizar o sofrimento dos habitantes do bairro.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 510/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a determinar todas as montadoras instaladas em território paranaense, que apresentem no prazo de 06 meses, a partir da data da vigência da lei, para que as montadoras instaladas no Estado do Paraná, comecem a produzir 1 (um) veículo movido a álcool em sua linha de produção.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

O incremento da produção de veículos movidos a álcool, vem de uma maneira geral beneficiar todo o Estado do Paraná, haja visto, que o setor sucro-alcooleiro absorve um grande contingente de mão-de-obra de trabalhadores volantes, distribuídos em todas as regiões do Estado do Paraná.

O principal objetivo do projeto de lei, ora apresentado, é proporcionar oportunamente que as montadoras que estão instaladas em nosso Estado, ou que venham a se instalar tenham a oportunidade de produzir, no prazo de 06 (seis) meses, após a vigência da lei, um veículo movido a álcool.

A partir da produção do primeiro veículo, certamente outros veículos serão produzidos pelas montadoras instaladas em nosso território para-naense.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos que o presente projeto de lei, recebendo a aprovação dos nobres Pares, sancionado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, terá imenso valor, já que futuramente, tanto o Estado do Paraná, quanto os seus habitantes, serão grandemente beneficiados.

Assim, respeitosamente, solicitamos que os nobres Deputados aprovem o projeto.

#### PROJETO DE LEI Nº 511/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Dá nova redação à alínea “f” do inciso II do art. 21 da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“f) Ter no máximo 30 anos de idade, até a data da inscrição, para os candidatos ao Curso de Formação de Soldados; ou, no caso de exclusão a pedido, até 45 anos de idade, desde que, deduzido o tempo de serviço prestado à corporação cuja resultante não seja superior a 32 anos de idade”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal propositura objetiva solucionar a questão legal para reinclusão de cargo, no caso de exclusão a pedido, com posterior arrependimento face a não adaptação a vida civil e à ligação emocional e psicológica à corpo-

ração pelos vários anos dedicados à profissão policial militar.

Pelo exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 512/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Mandaguaçu, com sede e foro no Município de Mandaguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A presente propositura pretende declarar de Utilidade Pública uma entidade que objetiva proteger e assistir à maternidade e à infância, velando pela saúde, pelo bem estar e as necessidades da criança e da gestante de Mandaguaçu.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 513/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Projeto Vida - Amparo Social aos Carentes de Maringá", com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em Maringá no anos de 1996, por um grupo de evangélicos que recebeu jovens viciados e pessoas carentes onde recebem ajuda material e espiritual.

Por estar de acordo com as Leis nºs 6994/78 e 8589/87 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Venho a tribuna hoje, para registrar um fato importantíssimo que ocorreu na manhã dessa segunda-feira, 13, no Jardim Botânico em Curitiba, quando, com a presença do Governador do Estado, Jaime Lerner; o Prefeito da Cidade de Curitiba, Cássio Taniguchi; Prefeitos do interior do Paraná - num total de 151 Prefeitos - Secretários Estaduais; Municipais; os Deputados que lá estiveram, Senhor Presidente, representando esta Casa, além da minha pessoa, os Deputados Ademir Bier, Ademar Traiano, Duílio Genari, Antonio Baratter e Hidekazu Takayama.

Tivemos, não somente a comemoração dos dez anos da implantação em Curitiba, do Programa "Lixo que não é lixo", mas também as assinaturas de convênios com 151 Municípios do Estado do Paraná, que passam, a partir de agora, a integrar esse projeto de fundamental importância para a melhoria de qualidade de vida das suas cidades.

O Programa Estadual de Coleta Seletiva, de reciclagem, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de reciclagem e reaproveitamento de materiais nas comunidades do Estado do Paraná. E ele se desenvolve em algumas etapas. Na primeira etapa, na formação de gerentes municipais, visando a implantação dos sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos nos municípios. A segunda fase trata da elaboração de programas municipais de gerenciamento de resíduos sólidos. A terceira operação dos sistemas municipais, trata da educação ambiental, coleta seletiva, reestruturação da coleta convencional. E a quarta etapa do fomento, a comercialização dos materiais recicláveis, apoio à educação contínua, programa de incentivo à pesquisa e desenvolvimento em reciclagem.

Este programa, que tem como grande parceiro ou grande parceira, a Caixa Econômica Federal, que libera um investimento na ordem de 23 milhões e 700 mil reais. Não vou aqui relatar município por município - o Deputado Elio Rusch que também esteve lá presente pela manhã sabe - 151 novos municípios, além de 50 que já estão integrados ao Programa "Lixo que não é lixo", aqui na Região Metropolitana, litoral do Paraná, interior do Estado, com os 151 de hoje, totaliza 201 municípios, que fazem parte deste Programa.

E venho, Senhor Presidente, à tribuna, com uma dupla satisfação. Primeiro, de ver com que os municípios do interior do Estado, também aderem a este projeto; segundo, porque há 10 anos atrás, exatamente nesta data 1989 - era então vice-Prefeito de Curitiba, Prefeito o atual Governador Jaime Lerner, lançávamos este projeto em Curitiba.

Lembro-me que nesta ocasião, talvez até neste mesmo horário, estávamos nós na Escola Irati, que fica no Conjunto Mercúrio, em Curitiba, quando eu e o Prefeito da época, Jaime Lerner, nos uniformizamos como lixeiros, como garis, e fizemos a coleta seletiva do lixo que foi recolhido e que a comunidade levou até

àquela escola, para que recolhêssemos e colocássemos no caminhão da coletora de lixo e dali para cá, começamos a implementar em Curitiba esse trabalho, essa conscientização na população, que começou pelas crianças das escolas, pelas favelas de Curitiba onde eu - Secretário Municipal na época -, Nakamura e mais uma funcionária da sua Secretaria, todos os dias tínhamos uma comunidade para visitar.

Nessas comunidades, junto ao Presidente da Associação e junto aos moradores, procurávamos incutir na mente daquelas pessoas, a importância da coleta do lixo, a importância da separação do lixo que não é lixo e passávamos a trocar o lixo recolhido pela comunidade, levado até uma caçamba que era colocada em locais onde os caminhões não podiam entrar e trocavam por vale-transporte e depois trocamos por vale alimentação, depois por material escolar e brinquedos de Natal, e depois trocamos na época de Páscoa e assim sucessivamente, nas campanhas que fomos aplicando em Curitiba, conscientizando as crianças de inúmeras escolas de Curitiba.

Seus pátios foram transformados em montanhas de lixo que não era lixo e cuja escola também era beneficiada, porque recebia como contrapartida, equipamentos, computadores, material escolar, para incentivar àqueles alunos para que continuassem fazendo essa coleta, trazendo o lixo que o aluno separava em sua casa e, além da sua bolsa escolar, trazia na outra mão uma sacolinha plástica com o lixo que não era lixo.

Era a pilha do rádio transistor, era o tubinho da pasta de dente já utilizado, era a própria escova dental, era o plástico, a garrafa de Coca-Cola - e não quero fazer aqui um comercial - mas eram todos esses materiais que eram trazidos pelas crianças em sacolas separadas e lá amontoavam, na escola, e a escola era beneficiada também.

É por isso que venho à tribuna hoje, para registrar esse fato, porque este projeto “Lixo que não é lixo”, deu um prêmio à Curitiba em 1992 - e que tive o prazer de receber no Rio, na ECO-92 - como um dos projetos premiados pela ECO-92. Isso deu a Curitiba, não apenas o título figurado de “Capital Ecológica” do País, mas contribuiu sobremaneira e foi o pontapé inicial, foi o primeiro lance da conscientização e da transformação de Curitiba na “Capital Ecológica” do País.

Sempre procuramos colocar na cabeça das crianças a importância dessa separação porque ela visava, antes e acima de tudo, naquele primeiro instante, a conservação da natureza, evitar o corte e derrubada de árvores, e vejam que hoje, dez anos depois, esse projeto nos deu uma garantia de que 8 milhões de árvores foram evitadas de serem cortadas. Oito milhões foram mantidas em pé, o que dá um total de 40 mil bosques, se fôssemos colocar essas árvores espalhadas em vários bosques aí.

Era isso, Senhor Presidente. Queria fazer este registro e dizer da satisfação de ver 151 Prefeitos, somados a outros 50 Prefeitos que integram, agora, o Projeto “Lixo que não é lixo”, a separação do lixo. Temos certeza que

isto não traz benefício apenas para a questão do meio ambiente, traz um benefício social, traz um benefício do emprego também, e, acima de tudo, a ação social que se realiza em cada cidade.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aproveitar este instante na tribuna, para parabenizar o companheiro Algaci Tulio, pelo depoimento aqui feito em defesa da comemoração aí do Lixo que não é Lixo e de toda esta defesa do meio ambiente. Entendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da importância da nossa passagem aqui por esta Casa, quando temos que nos preocupar com a preservação da vida. É esta palavra que movimenta tudo aquilo que fazemos: os nossos projetos; muitas vezes nossos debates aguerridos; as nossas divergências políticas. Exatamente porque cada um tem a sua ótica no que concerne à preservação da vida e melhor qualidade da nossa vida no ambiente em que vivemos.

É esta a razão que me traz aqui, neste momento, Sr. Presidente, com relação ao nosso Estado, que tem contribuído, efetivamente, para o crescimento da Nação, tem dado a sua parcela não somente no campo da agricultura, mas, também no campo da geração de energia. E o que me traz, neste momento, à tribuna, é uma questão de fundamental importância com relação à nossa vida, com relação ao futuro dos nossos filhos.

Ontem, comemoramos o Dia da Criança. Na sessão de segunda-feira, vimos aqui filhos de sem-terras, trazendo a sua participação no exercício da cidadania e no crescimento da sua cultura.

O que me traz, aqui, agora, é a preocupação que temos e não é de hoje é de longa data, com relação à nossa grande hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do mundo. Mas, me traz uma preocupação, não somente como Parlamentar, mas como pai, como aquele que quer deixar um legado, uma herança para a geração dos meus filhos, dos meus netos, a questão da Itaipu. Por quê? Porque diante desta obra monumental, percebemos que em todos esses anos de existência da Itaipu, ainda não foi construído, ainda que pareça estar no projeto, não foi construído o Canal Extravisor. E isso, possivelmente, vem causando um grande impacto ambiental: nas Regiões de Guaíra e toda aquela região de Santa Helena e as regiões ribeirinhas, ali, ao Rio Paraná, percebemos que os pescadores da região estão sentindo visivelmente a falta da pesca, que é a forma de eles sobreviverem.

E estou usando a tribuna, hoje, para comunicar a esta Casa, que estamos entrando com um requerimento de informações ao Presidente da Itaipu, para que nos forneça detalhes sobre a questão, sobre o andamento em que está a construção do Canal Extravisor onde os

peixes, na época da piracema, deveriam subir. Nós não podemos matar o Rio Paraná sob o pretexto da necessidade de produção de energia, porque de nada adiantará existir energia suficiente para movimentar a economia do Paraná, se não houver vida no futuro. E vida no Rio Paraná é vida para nós, para nossos filhos, para as gerações futuras.

Nesta preocupação que tenho com o meio ambiente, Sr. Presidente, gostaria de pedir aos nossos companheiros que assinem comigo o pedido e informações, sobre em que pé está a construção do Canal Estravator, e se está havendo um estudo de pesquisa de impacto ambiental com o fato de ainda não haver esse canal.

Gostaria que cada companheiro parasse um pouquinho para refletir porque o problema é grave. O problema vai se refletir nos nossos filhos e nos nossos netos.

E como um presente para o Dia das Crianças, olhando para geração futuras o mínimo que podemos fazer num pensamento, numa preocupação com as gerações futuras, é fazer esse pedido de informações.

Não estamos querendo aqui conflitar, mesmo porque admiramos a pessoa do Presidente da Itaipu, Dr. Euclides Scalco, mas a preocupação minha é com relação a este impacto do meio ambiente com as gerações futuras, e com o problema dos nossos filhos e dos nossos netos.

Quero deixar aqui o meu agradecimento por esta oportunidade, e pedir a cada companheiro desta Casa que assine conosco esse pedido de informações.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PSB, PTB, PPB, PSC, PDT, PSL, PSDB.

PMDB, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na sessão de hoje, queremos tratar de um assunto até não relativo, evidentemente, à nossa Bancada Peemedebista, mas um assunto que interessa a todos os Senhores Deputados, e fazemos questão de dar ciência a esta Casa, para que todos os Senhores Parlamentares possam pelo assunto se interessar, e evidentemente apresentar as suas propostas e sugestões.

Passo a ler, para que fique registrado nos Anais da Assembléia, Ofício enviado a nós, pelo Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, que diz o seguinte:

(Lê):

“Passamos às mãos de Vossa Excelência o documento anexo, elaborado, no último dia 05 de outubro, pelos presidentes de Comissões de Economia, Finanças e outras similares, em reunião na sede da UNALE, após audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da Lei de Responsabilidade Fiscal,

solicitando que o mesmo seja divulgado entre os parlamentares dessa Casa.

A propósito deste assunto, informamos que a UNALE está providenciando um estudo profundo sobre o Projeto de Lei Complementar 18/99, com o objetivo de definir os pontos que serão defendidos pela entidade, tendo em vista as legítimas preocupações manifestadas pelos presidentes de comissões aqui reunidos.

Este estudo será apresentado à diretoria da UNALE e aos presidentes das Assembléias Legislativas no próximo dia 22 de outubro em Curitiba. Com base nele, iremos elaborar um documento para ser encaminhado formalmente à Câmara dos Deputados. Para isso contamos com sua indispensável presença, como portavoz dos parlamentares de seu Estado.

Diante da gravidade da situação, muito bem ressaltada pelos presidentes de comissões, fazemos um apelo para que Vossa Excelência dê prioridade máxima a essa questão, respaldando assim a nossa entidade, para que ela tome de forma energética e acertada as providências necessárias em defesa do Poder Legislativo Estadual, diante de mais esta ameaça.

Atenciosamente

(a) Deputado MIGUEL MARTINI  
Presidente”

Anexo a esse ofício, vem aqui um resumo do que foi discutido na reunião do último dia 5 de outubro, em Brasília, nas dependências da UNALE, com a presença de Presidentes de Comissão de Economia, Finanças, de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, diz o documento:

(Lê):

“LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Um sinal de alerta aos parlamentares estaduais

Os presidentes das comissões de Economia, Finanças e similares de diversas Assembléias Legislativas, reunidos da sede da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, após participarem de audiência pública na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei Complementar 18/99, que trata da Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm chamar a atenção dos Deputados Estaduais para este assunto, ressaltando que a proposta em alguns aspectos é profundamente lesiva a autonomia e às prerrogativas do Poder Legislativo Estadual.

A título de exemplo, destacamos os seguintes pontos que prevalecerão caso o projeto seja aprovado tal como foi proposto pelo Executivo:

- O Poder Executivo poderá promover **mediante decreto o corte automático de despesas** nos demais Poderes.

- A União passa a ter **primazia sobre os demais entes da federação** na legislação concorrente que trata de matéria financeira.

- Ao impedir a expedição de qualquer ato que acarrete aumento de despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de legislatura ou mandato, o projeto



criminaliza até mesmo as rotinas administrativas advindas de direitos dos servidores como o **pagamento de quinquênios**, por exemplo.

São pontos de extrema **gravidade** que **ferem de morte princípios constitucionais** como a **autonomia** e a **independência dos poderes**, o **princípio federativo** e o direito dos servidores e diante dos quais não podemos nos omitir.

Fazemos um apelo aos colegas parlamentares para que se informem e discutam sobre o projeto e se engajem na luta para impedir que mais esta camisa de força nos seja imposta. É importante frisar que além da União, o Ministério Público e os Tribunais de Contas estão saindo fortalecidos, enquanto o Poder Legislativo Estadual perde espaço e capacidade de atuação.

Se não nos posicionarmos agora, depois será tarde demais. Somos um Poder aberto, vulnerável, sempre atacado pela mídia e permanentemente fragilizado perante a opinião pública, que corre o risco de ser completamente imobilizado. Não podemos permitir que uma proposta com objetivos bastante louváveis - os de promover a gestão responsável das contas públicas - venha, de forma equivocada, nos amordçar e retirar nossas já limitadas prerrogativas.

Brasília, 5 de outubro de 1999."

Portanto, Senhores Deputados, faço a leitura para que conste nos anais da Assembléia, e posteriormente, estaremos enviando ao gabinete de cada um dos Senhores Deputados, para que nenhum, evidentemente, possa alegar desconhecimento desse trabalho que a União Nacional dos Legislativos Estaduais, nossa entidade Representativa, está desenvolvendo. e também para que cada um de nós na medida do interesse, na medida da condição pessoal de cada um ou da sua equipe, propormos medidas e alterações desta proposta, que é o Projeto de Lei Complementar nº 18/99, que trata da Lei da Responsabilidade Fiscal. Porque mais uma vez, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma lei discutida a nível de Câmara Federal engessa o Poder Legislativo Estadual, tira a nossa autonomia, tira atribuições do Poder Legislativo Estadual, e cabe a nós, Deputados Estaduais, cuidar dos interesses do Poder Legislativo, porque, certamente, outros não cuidarão.

Então, faço este registro este alerta aos Senhores Deputados e depois cada um receberá em seu gabinete para que possa melhor entender o que está acontecendo a nível de Câmara Federal, a nível de Congresso Federal, quando se discute este Projeto de autoria do Poder Executivo, que trata da responsabilidade fiscal dos Poderes Públicos Constituídos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Dr. Sandro Scolares - chefe da 15ª Regional de Saúde de Maringá.

Ainda no Horário das Lideranças: PST, PT, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 114/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Luiz Alfredo Malucelli. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 211/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Faissal A. Raad, proprietário da empresa La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 332/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pinhais. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E DA C.S.P.. **Aprovado.**

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 421/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruz

Machado. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 452/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Annibale Ferrarini - Centro Cultural Brasil-Itália, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Fernando de Noronha, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Abatiá. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Recreativa Banda Integração - ACREBI, com sede e foro no Município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Congregação Mariana da Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas, que proíbe o trote nas Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 27.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 202/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo proibir o trote nas Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Educação.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
ESPORTE E CULTURA  
PROJETO DE LEI Nº 202/99

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo proibir o trote nas instituições de ensino do Sistema Estadual de Educação.

#### Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, entende que esta é uma medida necessária, tendo em vista o alarmante número de casos de violência praticados nestas “comemorações” nas nossas instituições de ensino do Sistema Estadual de Educação.

#### Conclusão

Sendo assim, apresentamos o nosso parecer favorável e opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo integrar o Município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 17.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 247/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, autoriza o Poder Executivo a integrar o Município de Jataizinho, à Região Administrativa de Londrina.

A matéria objeto da presente proposição, ainda que autorizatória possui vício de origem, uma vez que conforme o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, compete privativamente ao Governador do Estado a “criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

Ainda que assim não fosse, o art. 21, da Constituição do Estado do Paraná, dispõe que:

“O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e a sociedade civil organizada na gestão regional.”

Nota-se que a proposição viola o disposto no artigo citado, uma vez que pretende alterar a composição de uma microrregião, retirando o Município de Jataizinho da Microrregião de Cornélio Procopio, inserindo-o na de Londrina através de Lei Ordinária e não Lei Complementar como prevê o art. 21 da Constituição do Estado do Paraná.

Face ao exposto, por ser a matéria de competência privativa do Governador do Estado, (art. 66, inc. IV), e por vir apresentada através de Lei Ordinária, quando o previsto no art. 21, exige seja Lei Complementar, o parecer é contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 247/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a integrar o Município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o Plano de Incentivo do Governo Estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 48, de 18.05.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VOTO EM SEPARADO  
PROJETO DE LEI Nº 258/99

O Projeto de Lei nº 258/99 dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas

empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual.

O Relator da matéria opinou pela inconstitucionalidade da obrigatoriedade, exarando parecer contrário à tramitação do projeto.

Contudo, diante da importância assumida pelos incentivos fiscais na geração de empregos no Estado, entendemos importante criar mecanismos de proteção também para as empresas locais.

Dessa forma, consideramos importante a aprovação do projeto de lei em estudo e propomos a emenda substitutiva apensa, na qual se retira a obrigatoriedade e se insere a prioridade para empresas paranaenses quando em igualdade de preços, qualidade e tecnologia.

Isto posto, fazemos nosso voto em separado, favorável ao Projeto de lei nº 258/99, na forma de emenda substitutiva apensa.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 258/99

P A R E C E R :

Art. 1º - As empresas contempladas com o Plano de Incentivo Industrial do Governo Estadual, darão prioridade às empresas paranaenses para a execução de suas obras de construção, quando nas tomadas de preços ou licitações os valores das empresas de outros estados estiverem em igualdade de preços, qualidade e tecnologia aos oferecidos pelas paranaenses.

Art. 2º - O não cumprimento do contido no artigo anterior, implicará na nulidade do referido protocolo de intenções e na perda dos benefícios oferecidos pelo Convênio.

Parágrafo Único - Em caso de acordo já contratados em que parte dos recursos já foram liberados, a empresa ficará impedida de receber novos recursos, o que não implicará no cumprimento de suas obrigações de saldar os débitos sobre os valores já recebidos, conforme o especificado nos contratos assinados.

Art. 3º - As empresas que já firmaram Convênio com o Estado, e, ainda, não completaram as suas obras de construção, desde que não tenham contratos firmados anteriormente com empreiteiras, ficam obrigadas a cumprir o que determina a presente Lei.

Parágrafo Único - Os contratos que foram assinados pelas empresas com empreiteiras, com datas anteriores à presente lei, deverão ter suas datas comprovadas mediante registro em Cartório.

Art. 4º - O conteúdo da presente lei deverá fazer parte das cláusulas dos protocolos de intenções e dos convênios do Governo do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Durval Amaral, Moysés Leônidas, Algaci Tulio.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 258/99

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Tony Garcia, objetiva dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual e dá outras providências.

Podemos observar que sobre a matéria já foi apresentado parecer favorável com Emenda Substitutiva da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, conforme determina o § 3º, do Art. 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, porém entendemos ser de grande valia a inclusão da Emenda Substitutiva que ora apresentamos.

É o parecer.

Sala dsas Comissões, em 25.08.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
PROJETO DE LEI Nº 258/99

Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná, ao celebrar protocolos de intenções com pessoas jurídicas privadas, de cujos termos constem a concessão de quaisquer incentivos de natureza fiscal, isenções ou prorrogação de prazos para pagamento de tributos, deverá incluir cláusula através das quais a empresa pertinente aos benefícios obrigue-se, em contrapartida, a contratar empresas localizadas no território paranaense para realizarem as obras de construção e implantação de suas plantas industriais.

Parágrafo Único - Aplicar-se-á o disposto no *caput* deste artigo desde que nas tomadas de preços ou licitações os valores das empresas de outros estados estiverem em igualdade de preços, qualidade e tecnologia aos oferecidos pelas paranaenses.

Art. 2º - O não cumprimento do contido no artigo anterior implicará na nulidade do referido protocolo de intenções, e na perda dos benefícios oferecidos pelo Governo do Paraná.

Art. 3º - As empresas que já firmaram protocolos ou convênios com o Governo do Paraná, para serem beneficiadas com os incentivos aos quais refere-se esta Lei, e que ainda não deram início aos trabalhos de implantação física de seus projetos, ficam obrigadas a cumprir ao que determina a presente lei.

Parágrafo Único - Para fazer prova de eventuais contratações para a realização de obras de implantação de suas plantas industriais, as empresas que ainda não deram início às obras deverão comprovar a existência de contrato anterior à vigência desta lei, através de registro em Cartório.

Art. 4º - O conteúdo da presente lei deverá fazer parte das cláusulas dos protocolos de intenções e convênios celebrados pelo Poder Executivo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente e Relator

Apoioamento:

Beto Richa, Duílio Genari, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Apesar dos elevados propósitos do projeto original, de ver que o mesmo encontra óbices de natureza constitucional. Vê-se que o projeto, por desatender princípios insertos na Carta Magna, especialmente os princípios da livre iniciativa e o direito de propriedade, acaba por se antagonizar com o documento maior da Nação.

Por essa razão, para que sejam mantidos os propósitos do proponente, apresento este substitutivo como meio a tornar constitucional a matéria, tornando-a apta a ser discutida e aprovada pelo Legislativo.

As alterações apresentadas visam a dar ao Poder Executivo instrumento legal através do qual se estabeleça um requisito quando da conformação dos chamados protocolos de intenções.

Assim, como exigência prévia e unilateral da Administração Pública, as empresas que pretenderem se habilitar ao programa de industrialização, consubstanciado no fornecimento de incentivos fiscais, terão que assumir compromisso formal de atuar em conjunto com empresas localizadas no Estado do Paraná. Isso, sem que se afete ao princípio da livre iniciativa, eis que cláusula contratual livremente disposta e sujeita à aceitação ou não das interessadas.

Quanto aos protocolos já firmados, em não havendo compromisso já formalizado das empresas, estas também devem enquadrar-se no que está disposto na lei.

Desse modo, estabelecem-se critérios legais, prévios, para que os incentivos do programa referido possam ser concedidos de maneira a assegurar ganhos diretos para a economia paranaense, já que é o contribuinte local quem suporta, em última análise, os resultados da política em curso, que concede os benefícios fiscais.

**O SR. TONY GARCIA (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, nobres colegas Parlamentares. (Lê):

“Pedi a palavra neste momento para encaminhar a votação do Projeto de Lei nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual.

Tomamos a iniciativa deste projeto, ao analisarmos a forma como vem sendo desenvolvido o projeto de expansão industrial do Governo do Estado e a proposta de transformação do perfil econômico do nosso Estado de eminentemente agrícola em um grande parque industrial.

Temos visto empresas que se beneficiam de isenção de impostos, de financiamentos com juros subsidiados, contrataram empresas de outros estados para viabilizarem os projetos de construção de seus parques industriais.

Por isso, resolvemos apresentar um projeto que, se transformado em Lei, poderá aumentar a possibilidade de contratação de empresas para executarem essas obras, aumentando assim a oferta de empregos e fortalecendo as empresas de construção civil de nosso Estado, que hoje, em razão da grave crise econômica do país, sentem a necessidade de receber incentivos para o setor que detém o maior índice de empregabilidade do Paraná.

Quero afirmar aos nobres Pares que não se trata de Reserva de Mercado, mas, apenas uma forma de oferecer oportunidade de participação mais efetiva das empresas do Paraná, desde que, as mesmas se proponham a ofertas que possam se igualar às concorrências dos competidores de outros Estados.

Recentemente, Senhor Presidente e nobres colegas deste Parlamento, vimos o Estado de São Paulo criar leis que garantiram uma Reserva de Mercado para as suas indústrias e outras para garantirem as suas micro e pequenas empresas.

Vimos a Argentina, estabelecer normas rígidas para evitar a importação de produtos brasileiros, buscando o fortalecimento de suas indústrias e do próprio comércio varejista, colocando em risco, inclusive, a sobrevivência do MERCOSUL.

O propósito do nosso projeto é fortalecer o setor de construção civil de nosso Estado, em relação à concorrência com as empresas de outros Estados, sem ferir os objetivos traçados pelo Plano de Incentivo Industrial do Governo do Estado, garantindo o direito de competitividade aos empresários paranaenses, que tem tido sempre o maior índice de oferta de empregos do Paraná.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, que se encontra em tramitação”.

Obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, votaremos favorável ao projeto de lei em primeira discussão do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, mas no dia de amanhã, se este projeto voltar em segunda discussão, entraremos com a emenda para suprimir o artigo 3º e o parágrafo único para evitar o vício de inconstitucionalidade e questionamentos na justiça. Caso seja acatada a nossa emenda, manteremos a mesma posição votando favorável ao Projeto nº 258/99.

Então, só faço esta ressalva, Senhor Presidente, porque no dia de amanhã entraremos com esta emenda, suprimindo o artigo 3º e o parágrafo único para podermos manter a mesma posição de hoje.

Era só, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente, hoje votamos apenas o projeto. O substitutivo e as emendas apenas em segunda discussão no dia de amanhã.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Estou fazendo só a ressalva, Senhor Presidente, porque se a minha emenda não for acatada, teremos que ter posicionamento contrário ao projeto.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, apenas uma posição pessoal e achei que seria esta a colocação do Deputado Valdir Rossoni. Eu, particularmente, por não ter conversado com nossa Bancada e com os partidos de oposição, votarei contrário exatamente hoje, porque acho que este projeto, embora meritório, é inconstitucional, como toda e qualquer ocorrência, crédito e tal, não pode ser impositivo de reserva que se contrate empresas do Paraná, porque fere princípios constitucionais.

Quero deixar este registro e a partir de amanhã, na segunda votação, Deputado Tony Garcia, passando aqui, passarei a votar, porque acho que o vício, se existe, é da inconstitucionalidade na primeira votação e não nas seguintes.

**O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, queria manifestar hoje o meu voto contrário, porque julgo o projeto inconstitucional, fui o primeiro relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, meu parecer contrário ao projeto foi derrubado, nomearam outro relator, mas quero aqui registrar hoje, mais uma vez, e afirmar minha posição de que o projeto é inconstitucional.

nal e não podemos nesta Casa votar matéria desta espécie.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)**

Pelo fato desse projeto recebeu, não só do PT, mas também a manifestação da nossa Bancada na Comissão de Justiça contrária a esse projeto, não pelo seu mérito, mas pela sua constitucionalidade, nessa primeira votação manifesto o voto contrário da Bancada do PMDB a esse projeto.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 30.06.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 377/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar o lote de terreno, registrado sob o nº 7093, no Cartório Geral da Comarca de Pato Branco/PR, ao Município de Itapejara do Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente proposição, não encontramos nenhum óbice constitucional e legal, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis, por se tratar de projeto de lei autorizatório, ficando a critério do Poder Executivo a doação ou não do referido lote.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença da Sra. Irani Ghel - 1ª Dama do Município de Misal e a Secretária Ivete Greff - Secretária de Ação Social daquele município. Sejam bem-vindas à Casa.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Esta Casa aprovou com mais de 30 assinaturas o envio de um requerimento à Bancada Federal ao Ministro Waldeck Ornelas e à 1ª Dama Ruth Cardoso, manifesto de apoio da Bancada Estadual para que se evite os cortes nas áreas sociais.

Quero lembrar os Srs. Deputados que hoje a noite teremos em Curitiba o 3º Fórum que irá discutir exatamente esta questão, da tentativa de cortes de verbas nas áreas sociais. Faremos hoje a entrega de cópias deste requerimento às autoridades federais que estiverem lá presentes. E estamos encaminhando aos demais setores também o mesmo assunto.

Por isso, dou satisfação a este Plenário dizendo que este requerimento passa as mãos de autoridades desta área.

Convido todos para comparecerem hoje no auditório do Canal da Música.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2091 a 2093, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2094, de autoria do Sr. Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2097, de autoria da Sra. Deputado Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2099 e 2100, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2101, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2102, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2103 a 2107, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2108, de autoria do Sr. Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente apenas para registrar com satisfação, tenho certeza em nome de outros Parlamentares que já tiveram a oportunidade de lá comparecerem, inclusive, V. Exa., a realização da Feira do Paraná, que vem na nossa avaliação atendendo e atingindo aos objetivos pelas quais ela foi organizada neste ano.

Dentro de uma nova modalidade inclusive, que é a parceria com a iniciativa privada no que diz respeito a parte artística e a locação dos espaços para a exposição de máquinas e demais equipamentos da área comercial e industrial.

Dizer aos Srs. Deputados que hoje dia 13, 14, 15, 16 e 17 uma série de eventos técnicos estará ocorrendo nas dependências do Parque da Exposição, uma série de rodadas de negociações. Evidentemente que julgamento e leilões, de animais específico para cada raça, evidente-

mente também parte artística. Então seria oportuno que Parlamentares Estaduais, aqueles que interesse tiver pelo setor, que pudéssemos comparecer ainda a Feira do Paraná que acontece nas dependências do Parque Castelo Branco, dentro de uma proposta, que vem ao longo de toda a existência da feira, inicialmente EXPOTIBA, EXPOSUL, EXPOSUL Internacional e, agora, Feira do Paraná.

Entendo que é importante a presença dos Deputados tem assuntos técnicos a sendo tratados e rodadas de negociações. Acredito que aqueles que não tiveram ainda oportunidade de ir seria de grande importância.

Faço um apelo, já o fiz, juntamente, com o Deputado Cesar Seleme, com o Deputado Luiz Carlos Zuk, através de dois ofícios que enviamos já a todos os Deputados, para que anotem em suas agendas o dia 21 à noite, e o dia 22, quinta e sexta-feira da próxima semana, reunião do Parlamento Sul e reunião da UNALE, aonde diversos assuntos de interesse dos Srs. Parlamentares estarão sendo discutidos, já fizemos um comunicado por escrito na semana passada.

Nesta segunda-feira estamos endereçando mais uma comunicação e certamente o faremos na semana que vem mais uma vez, mas que todos já procurem agendar para o dia 21 à noite, a recepção aos nossos amigos e amigas, Deputados e visitantes.

Na sexta-feira pela manhã instalação Parlamentar e a tarde uma reunião da diretoria. Finalmente, Sr. Presidente, diante das muitas inquirições que tenho recebido, gostaríamos de solicitar a V. Exa. que nos anunciasse se possível, ainda hoje, a data em que o Secretário Giovani Gionédís comparecerá à Assembléia, já que ajustado foi, anunciado por ele a V. Exa. e, pessoalmente, de que compareceria à Assembléia Legislativa em meados do mês de outubro.

Na segunda ou terceira semana, estamos já concluindo a segunda semana e já estamos próximo da terceira.

Então é necessário que essa data seja anunciada, seja confirmada, para que todos, Parlamentares, que desejamos questionar o Secretário Giovani Gionédís para que possamos nos ajustar em termos de data e horário. Esta é o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, havíamos já combinado com o Secretário Giovani Gionédís para que agendássemos possivelmente, a sugestão inclusive foi nossa para o dia 21 de outubro.

Quero apenas confirmar se está tudo certo com ele no dia 21. A sugestão do dia 21 foi desta Presidência. Queria também anunciar que amanhã após a Sessão uma reunião no gabinete da Presidência.

Queria também anunciar que amanhã após a Sessão uma reunião no gabinete da Presidência com a Comissão de Orçamento e os Líderes dos Partidos para que ajustássemos detalhes do orçamento, da lei do orçamento a ser votada.

Portanto, tão logo termine a Sessão de amanhã teríamos uma pequena reunião com os Líderes dos partidos e os representantes, os membros da Comissão de Orçamento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 369, 418 e 463/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 015/96, 202, 247, 258 e 377/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nas 090, 123, 129, 464, 482, 496 e 500/99.

Levanta-se a sessão.